



Ativos (IFRS)

Modalidade EaD

Informações do curso

FIPECAFI

Apresentação do Curso

As mudanças introduzidas na contabilidade brasileira a partir de 2008 com a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais (IFRS) trouxeram um desafio muito grande a todos aqueles envolvidos com informações financeiras no país.

A fim de atender a uma necessidade cada vez maior de formação e atualização nessa área, o Curso de IFRS - Ativos na modalidade EaD da FIPECAFI aborda as principais normas relacionadas ao reconhecimento, mensuração e divulgação de Ativos. Iniciando com a Estrutura Conceitual da Contabilidade, o curso aborda normas específicas sobre determinados ativos, como por exemplo, estoque, imobilizado, intangível, propriedade para investimento, ativo biológico, e igualmente normas relacionadas à mensuração como, por exemplo, mensuração a valor justo e ajuste a valor presente.

A partir da exploração do texto da norma, inclui comentários e explicações em vídeo de professores especialistas nos temas, vídeos ou *podcasts* de outros especialistas, comparações da norma internacional (IFRS) com a brasileira (CPC), exemplos ilustrativos, atividades de retenção de conceitos e indicações de leituras complementares que podem ser explorados pelos participantes de forma assíncrona, garantindo-lhes grande flexibilidade na organização temporal e espacial.

Observações

Para os cursos de Educação Executiva na modalidade EaD, os dados de acesso para início do curso serão enviados em dois dias úteis após a efetivação do pagamento.

Carga Horária Estimada
45 horas

Prazo
2 meses

A carga horária é composta pelas seguintes atividades: leitura de texto, vídeos, análise de exemplos, quizzes, exercícios e prova.

O prazo para acesso ao material será considerado a partir do envio de login e senha de acesso ao participante.

Público-alvo

Profissionais de contabilidade, área financeira, controladoria e demais profissionais interessados na elaboração e compreensão das Demonstrações Financeiras harmonizadas com as IFRS.

Pré-requisito

Requer conhecimento prévio em Contabilidade.

Professores-autores

Ariovaldo dos Santos, Bruno Salotti, Guillermo Braunbeck, Reinaldo Guerreiro, Tânia Regina Sordi Relvas, Fernando Dal Ri Murcia, Álvaro Ricardino, Roberta Carvalho de Alencar e Rudah Giasson Luccas.

Conteúdo Programático

ESTRUTURA CONCEITUAL

1. Introdução

2. Objetivo do relatório contábil-financeiro para fins gerais

3. Informação acerca dos recursos econômicos da entidade que reporta, reivindicações contra a entidade e alterações em recursos e reivindicações

3.1. Recursos econômicos e reivindicações

3.2. Alterações em recursos econômicos e reivindicações

3.3. Desempenho financeiro refletido por contabilização pelo regime de competência

3.4. Desempenho financeiro refletido por fluxos de caixa passados

4. Características qualitativas de informações financeiras úteis

- 4.1. Características qualitativas fundamentais
 - 4.1.1. Relevância
 - 4.1.2. Representação fidedigna
 - 4.1.3. Aplicação das características qualitativas fundamentais
- 4.2. Características qualitativas de melhoria
 - 4.2.1. Comparabilidade
 - 4.2.2. Capacidade de verificação
 - 4.2.3. Tempestividade
 - 4.2.4. Compreensibilidade
 - 4.2.5. Aplicação das características qualitativas de melhoria
- 4.3. Restrições de custo sobre relatórios financeiros úteis

5. Demonstrações contábeis e a entidade que reporta

- 5.1. Demonstrações contábeis, período de relatório e perspectiva adotada
- 5.2. Premissa da continuidade operacional
- 5.3. Entidade que reporta e demonstrações contábeis consolidadas e não consolidadas

6. Elementos das demonstrações contábeis

- 6.1. Elementos representativos da posição patrimonial e financeira
 - 6.1.1. Ativos
 - 6.1.2. Passivos
 - 6.1.3. Patrimônio Líquido
- 6.2. Elementos representativos da performance
 - 6.2.1. Receitas
 - 6.2.2. Despesas

7. Reconhecimento, desreconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos elementos das demonstrações contábeis

- 7.1. Reconhecimento e desreconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis
- 7.2. Mensuração dos elementos das demonstrações contábeis
- 7.3. Apresentação e divulgação

8. Conceitos de capital e de manutenção de capital

- 8.1. Conceitos de capital
- 8.2. Conceitos de manutenção de capital e determinação de lucro
- 8.3. Ajustes para manutenção de capital

ESTOQUES (IAS 2 – CPC 16)

1. Introdução

2. Mensuração de estoques

- 2.1. Custo de Estoques
 - 2.1.1. Custos de Compra
 - 2.1.2. Custos de Transformação
 - 2.1.3. Outros Custos
 - 2.1.4. Custos de Estoques de um Prestador de Serviços
 - 2.1.5. Custo de Produtos Agrícolas Colhidos de Ativos Biológicos
 - 2.1.6. Técnicas para a Mensuração de Custos

- 2.2. Métodos de Custo
- 2.3. Valor Líquido Realizável
- 3. Reconhecimento como uma Despesa**
- 4. Divulgação**

ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA (IAS 41 – CPC 29)

- 1. Introdução**
- 2. Reconhecimento e mensuração**
 - 2.1. Ganhos e Perdas
 - 2.2. Incapacidade de Mensurar o Valor Justo de Forma Confiável
- 3. Subvenções Governamentais**
- 4. Divulgação**
 - 4.1. Disposições Gerais
 - 4.2. Divulgações Adicionais para Ativos Biológicos em que o Valor Justo não pode ser Mensurado de Forma Confiável
 - 4.3. Subvenções Governamentais
- 5. Data de Vigência e Transição**

IMOBILIZADO (IAS 16 – CPC 27 E ICPC 10)

- 1. Introdução**
- 2. Reconhecimento**
 - 2.1. Custos iniciais
 - 2.2. Custos subsequentes
- 3. Mensuração no reconhecimento**
 - 3.1. Elementos do custo
 - 3.2. Mensuração do custo
- 4. Mensuração após o reconhecimento**
 - 4.1. Método de custo
 - 4.2. Método de reavaliação
 - 4.3. Depreciação
 - 4.3.1. Valor depreciável e período de depreciação
 - 4.3.2. Método de depreciação
 - 4.4. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)
 - 4.5. Compensação por redução ao valor recuperável
- 5. Baixa**
- 6. Divulgação**
- 7. Data de vigência**

ATIVO INTANGÍVEL (IAS 38 – CPC 04)

- 1. Introdução**
- 2. Ativos Intangíveis**
 - 2.1. Identificação
 - 2.2. Controle
 - 2.3. Benefícios econômicos futuros

3. Reconhecimento e mensuração

- 3.1. Aquisição separada
- 3.2. Aquisição como parte de uma combinação de negócios
 - 3.2.1. Mensuração do valor justo de um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios
 - 3.2.2. Gasto subsequente com um projeto de pesquisa e desenvolvimento em andamento adquirido
- 3.3. Aquisição por meio de uma subvenção governamental
- 3.4. Trocas de ativos
- 3.5. *Goodwill* gerado internamente
- 3.6. Ativos intangíveis gerados internamente
 - 3.6.1. Fase de pesquisa
 - 3.6.2. Fase de desenvolvimento
 - 3.6.3. Custo de um ativo intangível gerado internamente

4. Reconhecimento de uma despesa

5. Mensuração após o reconhecimento

- 5.1. Método de custo
- 5.2. Método de reavaliação

6. Vida Útil

7. Ativos intangíveis com vidas úteis definidas

- 7.1. Período de amortização e método de amortização
- 7.2. Valor residual
- 7.3. Revisão do período de amortização e método de amortização

8. Ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas

- 8.1. Revisão da avaliação de vida útil

9. Baixas e alienações

10. Divulgação

- 10.1. Ativos intangíveis mensurados após o reconhecimento utilizando o método de reavaliação
- 10.2. Gastos com pesquisa e desenvolvimento

ARRENDAMENTOS (IFRS 16 - CPC 06-R2)

1. Introdução e impactos do novo normativo

2. Determinar quando aplicar a norma e classificar arrendamento mercantil

3. Arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários ou locatários

4. Arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendadores ou locadores

5. Transações de venda e de retroarrendamento

6. Divulgações

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT (IAS 36 – CPC 01 – R1)

1. Introdução

2. Identificação de um ativo que possa apresentar problemas de recuperação

3. Mensuração do valor recuperável

- 3.1. Mensuração do valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida
- 3.2. Valor justo menos custos para vender
- 3.3. Valor em uso
 - 3.3.1. Base para estimativas de fluxos de caixa futuros
 - 3.3.2. Composição de estimativas de fluxos de caixa futuros
 - 3.3.3. Fluxos de caixa futuros em moeda estrangeira
 - 3.3.4. Taxa de desconto

4. Reconhecimento e mensuração de uma perda por redução ao valor recuperável

5. Unidades geradoras de caixa e ágio

- 5.1. Identificação da unidade geradora de caixa à qual pertence um ativo
- 5.2. Valor recuperável e valor contábil de uma unidade geradora de caixa
 - 5.2.1. Ágio
 - 5.2.1.1. Alocação do ágio a unidades geradoras de caixa
 - 5.2.1.2. Teste de redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa com ágio
 - 5.2.1.3. Época dos testes de redução ao valor recuperável
 - 5.2.2. Ativos corporativos
- 5.3. Perda por redução ao valor recuperável de uma unidade geradora de caixa

6. Reversão de uma perda por redução ao valor recuperável

- 6.1. Reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo individual
- 6.2. Reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de uma unidade geradora de caixa
- 6.3. Reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de ágio

7. Divulgação

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS (IAS 23 – CPC 20)

1. Introdução

2. Reconhecimento

- 2.1. Custos de empréstimos elegíveis para capitalização
- 2.2. Excedente do valor contábil do ativo qualificado em relação ao Valor Recuperável
- 2.3. Início da Capitalização
- 2.4. Suspensão da Capitalização
- 2.5. Cessação da Capitalização

3. Divulgação

4. Disposições Transitórias

5. Data de Vigência

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO (IAS 40 – CPC 28)

1. Introdução

2. Reconhecimento

3. Mensuração no reconhecimento

4. Mensuração após reconhecimento

4.1. Política contábil

4.2. Método de valor justo

4.3. Incapacidade de determinar o valor justo de forma confiável

4.4. Método de custo

5. Transferências

6. Alienações

7. Divulgações

7.1. Método de valor justo e método de custo

7.2. Método do valor justo

7.3. Método de custo

8. Data de vigência

ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA A VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA (IFRS 5 – CPC 31)

1. Introdução

2. Classificação de Ativos não circulantes (ou grupos de alienação) como mantidos para venda ou mantidos para a distribuição a proprietários

2.1. Ativos não circulantes a serem abandonados

3. Mensuração de ativos não circulantes (ou grupos de alienação) classificados como mantidos para venda

3.1. Mensuração de ativos não circulantes (ou grupos de alienação)

3.2. Reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável e reversões

3.3. Mudanças em um plano de venda

4. Apresentação e divulgação

4.1. Apresentação de operações descontinuadas

4.2. Ganhos ou perdas relacionados às operações em continuidade

4.3. Apresentação de um ativo não circulante ou grupo de alienação classificado como mantido para venda

4.4. Divulgações adicionais

5. Disposições Transitórias

6. Data de vigência

AJUSTE A VALOR PRESENTE (CPC 12)

1. Introdução

2. Mensuração

2.1. Diretrizes Gerais

2.2. Risco e Incerteza: Taxa de Desconto

2.3. Relevância e Confiabilidade

- 2.4. Custos x Benefícios
- 2.5. Diretrizes mais Específicas
- 3. Passivos Não Contratuais**
- 4. Efeitos Fiscais**
- 5. Classificação**
- 6. Divulgação**
- 7. Convergência do tratamento contábil e fiscal do ajuste a valor presente**

MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO (IFRS 13 – CPC 46)

- 1. Objetivo**
- 2. Alcance**
- 3. Mensuração a Valor Justo**
 - 3.1. A definição de valor justo
 - 3.2. O objeto da mensuração
 - 3.3. A transação
 - 3.4. O preço
 - 3.5. Participantes do mercado
 - 3.6. Informações utilizadas
- 4. Valor justo no reconhecimento inicial**
- 5. Mensuração de ativos não financeiros**
- 6. Mensuração de passivos e instrumentos patrimoniais próprios da entidade**
 - 6.1. Princípios gerais
 - 6.2. Mensuração derivada
 - 6.3. Risco de descumprimento (*non-performance*)
 - 6.4. Restrição que impede a transferência
 - 6.5. Passivo financeiro com característica de demanda
 - 6.6. Ativos e passivos financeiros gerenciados em bases líquidas
 - 6.6.1. Exposição a riscos de mercado
 - 6.6.2. Exposição ao risco de crédito de uma contraparte específica
- 7. Técnicas de avaliação**
 - 7.1. Abordagem de mercado
 - 7.2. Abordagem de resultado
 - 7.3. Abordagem de custo
- 8. Hierarquia de valor justo**
 - 8.1. Informações de Nível 1
 - 8.2. Informações de Nível 2
 - 8.3. Informações de Nível 3
- 9. Divulgação**

Critério de Avaliação

Somente terão direito ao certificado de conclusão nesse curso os participantes que obtiverem conceito igual ou superior a 7,5 na prova ou reavaliação.

O certificado será enviado dentro de 45 dias, contados a partir do comunicado de aprovação que será enviado por e-mail.

Bibliografia Complementar Sugerida

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ERNEST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Materiais e Ferramentas On-line

O curso é composto por um conjunto de materiais e ferramentas de aprendizagem on-line disponíveis em ambiente de aprendizagem virtual. O material virtual é composto por volumes, um para cada norma abordada, em formato PDF e disponível para download.

Cada volume inclui as seguintes ferramentas de aprendizagem: 1) Texto Resumo do Tema, 2) link para Aulas Virtuais e seus slides em arquivo PDF, 3) link para Exemplos de demonstrações financeiras publicadas, 4) links para Anexos (pronunciamentos, normas ou outros materiais utilizados no curso), 5) link para Atividades de Retenção (Quizzes e Exercícios), e 6) pontos Para Reflexão. O material de leitura é base do curso e poderá ser mantido após o seu encerramento para consultas futuras. Além dessas ferramentas, também farão parte do curso, mais três atividades: 7) Avaliação do Curso e 8) Prova.

A fim de facilitar a compreensão das ferramentas de aprendizagem contidas ou relacionadas ao material virtual, seus usos e aplicações, seguem suas descrições:

1. Texto Resumo das Normas	O texto resumo do tema é estruturado de acordo com a norma internacional (IFRS) e traz comparações com a norma brasileira (CPC).
2. Aula Virtual	Aulas virtual do professor-autor do curso gravadas em vídeo que podem ser intercaladas por apresentações de slides com narração por áudio. Estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem e poderão ser acessadas diretamente por meio de links no Material do Curso. Elas facilitam a compreensão ou complementam o texto escrito podendo ser utilizadas para o desenvolvimento conceitual e teórico dos temas. Também podem ser utilizadas para desenvolvimento de exercícios práticos resolvidos passo a passo. Nessa abordagem, podem ser comparadas à aula expositiva clássica, sem interação. Permanecerá disponível no ambiente virtual de aprendizagem e poderá ser acessada a qualquer tempo e por quantas vezes o participante julgar necessário. Não é permitido fazer o download das aulas virtuais e seu acesso é limitado ao tempo em que o participante estiver matriculado no curso.
3. Exemplos	Serão destacados exemplos de demonstrações financeiras divulgadas no todo ou em parte que ilustrem a aplicação da norma.
4. Anexos	Serão destacados materiais relacionados ao tema disponíveis para acesso por meio de link no material. Podem ser matérias jornalísticas publicadas, normas ou vídeos disponíveis ao público geral na Internet.

5. Atividades de Retenção	As atividades de retenção podem ser divididas nas seguintes categorias: quizzes e exercícios. Quizzes - O Quiz é composto por testes de múltipla escolha desenvolvidos na ferramenta própria do LMS. Estão disponíveis por meio de links ao longo das unidades de aprendizagem e tem como principal objetivo facilitar a retenção dos conceitos abordados, além de estimular a participação ativa do estudante. A participação nessa atividade não será considerada nos critérios de avaliação. Exercícios - São atividades que requerem o desenvolvimento de cálculos e organização de demonstrações que, pela sua natureza e complexidade operacional serão disponibilizados como arquivos contendo os enunciados e as respectivas resoluções detalhadas. A exemplo dos quizzes podem ser acessados por meio de links do material e deverão ser resolvidos pelos participantes. A participação nessa atividade não será considerada nos critérios de avaliação.
6. Para Reflexão	São atividades que requerem dos participantes articulação dos conteúdos abordados no curso com a sua aplicação prática buscando o desenvolvimento de capacidades cognitivas de alto nível. Para tanto serão propostas atividades para as quais os participantes exercitem suas capacidades de análise, síntese e avaliação. Tais atividades estão disponíveis no material e podem utilizar outros materiais vinculados como base para o desenvolvimento da atividade, tais como notícias, links e vídeos. A participação nessa atividade não será considerada nos critérios de avaliação.
7. Avaliação do Curso	Atividade proposta que objetiva colher as percepções dos estudantes em relação ao material e dinâmicas de aprendizagem programadas e empreendidas no curso. São realizadas por meio de questionário virtual.
8. Prova	A Prova é uma atividade de avaliação on-line composta por um conjunto de questões objetivas envolvendo testes e/ou exercícios relacionados ao conteúdo do curso. Estará disponível para realização a qualquer momento, porém, uma vez iniciada deverá ser concluída de uma só vez no período de duas horas. Sua nota é considerada como critério para aprovação no curso. Uma vez não alcançado o percentual mínimo exigido para aprovação no curso, o participante poderá realizar prova de reavaliação.

FIPECAFI